

Seção II  
Da Prescrição da Aplicação das Penalidades

Art. 131. A aplicação das penas disciplinares prescreve:

I - em 6 (seis) meses, quanto à advertência e à censura;

II - em 12 (doze) meses, nos casos de suspensão ou multa;

III - em 18 (dezoito) meses, por abandono de cargo ou faltas sucessivas ao serviço;

IV - em 24 (vinte e quatro) meses, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, e demissão.

§ 1.º O prazo de prescrição começa a fluir desde a data da ocorrência do ato faltoso e a contagem do mesmo é suspensa pela adoção de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, retomando-se a contagem quando vencido o prazo legal para conclusão do procedimento adotado sem que tenha sido concluído, não correndo no período de férias ou licença em relação aos incisos I e II deste artigo.

§ 2.º Quando a falta constituir também crime ou contravenção, a prescrição será regulada pela lei penal.

Seção III  
Da Sindicância

Art. 132. A sindicância será realizada como condição para a aplicação das penalidades previstas nos incisos II e III do art. 119 ou quando a falta funcional não se revelar evidente ou for incerta a sua autoria.

Art. 133. O Secretário de Estado da Fazenda ou o Subsecretário do Tesouro do Estado, ao determinar a sindicância, poderá, de acordo com a natureza da irregularidade, designar 1 (um) ou mais Auditores de Finanças do Estado, até o máximo de 3 (três), para realizá-la, mediante portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 134. Na realização da sindicância, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - a comissão, ou o sindicante, em sigilo, verificará os fatos e as circunstâncias em que os mesmos ocorreram, inquirindo o autor da representação, se houver, e as testemunhas, e apreciará os documentos que possam esclarecer a informação;

II - a seguir, ouvirá o indiciado, assinando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para produzir justificação ou defesa, possibilitando-lhe apresentar provas, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), oferecer alegações escritas e juntar documentos;

III - colhidas as provas, em 10 (dez) dias, o sindicante, ou a comissão, em idêntico prazo, apresentará relatório com as conclusões finais ao Subsecretário do Tesouro do Estado;

IV - recebido o processo apto para decisão, o Subsecretário do Tesouro do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, pronunciar-se-á, e, caso a aplicação da pena sugerida não seja de sua competência, remeterá o processo ao Secretário de Estado da Fazenda, que, no prazo de 10 (dez) dias, proferirá decisão, caso não sejam determinadas novas diligências.

Art. 135. A sindicância será realizada em 90 (noventa) dias, salvo motivo plenamente justificado.

Art. 136. Aplicam-se à sindicância, no que forem compatíveis, as normas do Processo Administrativo-Disciplinar.

Seção IV  
Do Processo Administrativo-Disciplinar

Art. 137. O Processo Administrativo-Disciplinar será instaurado por determinação do Secretário de Estado da Fazenda ou do Subsecretário do Tesouro do Estado, para apurar a responsabilidade de Auditor de Finanças do Estado, sempre que tiver notícia de irregularidades que possam importar na aplicação das penalidades previstas nos incisos IV a VI do art. 119, assegurada ao indiciado ampla defesa, nos termos do Título V do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção V  
Do Procedimento por Acumulação Proibida

Art. 138. Em caso de acumulação de cargos não permitida, será instaurado o procedimento administrativo ante o conhecimento do fato pela autoridade competente, o qual seguirá o rito prescrito nesta Lei Orgânica.

Art. 139. Verificada a acumulação proibida e provada a boa-fé do indiciado, o Auditor de Finanças do Estado optará por um dos cargos.

§ 1.º Provada, porém, a má-fé no ato, o indiciado poderá ser demitido do cargo de Auditor de Finanças do Estado, devolvendo o que indevidamente houver recebido.

§ 2.º Em relação ao outro cargo ou função, se de natureza pública, será comunicada a infração à autoridade competente.

Seção VI  
Do Processo Disciplinar por Abandono de Cargo

Art. 140. Quando o número de faltas não justificadas de Auditor de Finanças do Estado ultrapassar a 30 (trinta) consecutivas ou 60 (sessenta) intercaladas durante 1 (um) ano, seu chefe imediato encaminhará, ao Subsecretário do Tesouro do Estado, comunicação a respeito, com relatório de verificação sumária previamente realizada.

Art. 141. O Subsecretário do Tesouro do Estado, apreciando o relatório de que trata o artigo anterior, proporá:

I - as medidas cabíveis ao encerramento do processo, se ficar provada a existência de força maior, coação ilegal ou circunstância ligada ao estado físico ou psíquico que não caracterize o abandono do cargo, ou que possa determinar a justificação das faltas;

II - a instauração de Processo Administrativo-Disciplinar, se o Auditor de Finanças do Estado for estável ou inexistirem provas das situações mencionadas no inciso anterior, ou existindo, forem julgadas insatisfatórias.

Art. 142. Mesmo ultrapassando 30 (trinta) faltas consecutivas, o Auditor de Finanças do Estado terá o direito de reassumir o exercício do seu cargo, nele aguardando decisão final do processo, salvo se estiver com prisão ou suspensão preventiva decretada.

Art. 143. Instaurado o processo, o feito seguirá o rito estabelecido nesta lei, não obstante o indiciado conteste o fato do abandono ou procure justificá-lo.

Art. 144. Se o indiciado em abandono de cargo apresentar pedido de exoneração, será encerrado o processo, a juízo da autoridade instauradora, desde que o mesmo verse exclusivamente sobre o abandono e não seja o requerente indiciado em outros processos administrativo-disciplinares.

Seção VII  
Da Suspensão Preventiva

Art. 145. Poderá a autoridade instauradora do Procedimento Administrativo-Disciplinar, em despacho motivado, ordenar a suspensão preventiva do indiciado por até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que sua permanência no exercício do cargo seja reputada inconveniente ou prejudicial à apuração dos fatos.

Art. 146. O Auditor de Finanças do Estado suspenso preventivamente terá direito:

I - à contagem de tempo de serviço referente ao período em que tenha estado suspenso, quando não houver resultado aplicação de pena disciplinar, ou quando esta se limitar à de censura ou multa;

II - à contagem, como tempo de efetivo exercício, do período de afastamento que exceder o prazo de suspensão disciplinar aplicada;

III - à percepção dos vencimentos e demais vantagens, como se em exercício estivesse, na hipótese de enquadramento no disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Caso o Auditor de Finanças do Estado, suspenso previamente, venha a ser punido com suspensão, computar-se-á o tempo de suspensão preventiva para integrar o prazo de cumprimento da penalidade, procedendo-se aos respectivos ajustes no tempo de serviço, vencimentos e demais vantagens, na forma que dispõe o § 1.º do art. 122.

Seção VIII  
Dos Recursos às Penas Disciplinares

Art. 147. Ao Auditor de Finanças do Estado punido é assegurado, mediante petição fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que tiver ciência da imposição da pena, o direito de:

I - pedir reconsideração à mesma autoridade que a tenha imposto;

II - recorrer, com efeito suspensivo, ao superior imediato de quem aplicou a pena.

Art. 148. O pedido de reconsideração ou o recurso será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data do ingresso do requerimento.

Seção IX  
Da Revisão das Penas Disciplinares

Art. 149. Admitir-se-á revisão do procedimento administrativo findo, de que haja resultado imposição de penalidade disciplinar, quando:

I - se comprovar que a decisão condenatória foi contrária a texto expresso de lei ou à evidência dos autos;

II - se comprovar que a decisão condenatória se fundamentou em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - após a decisão condenatória, forem apresentadas novas provas de inocência do punido ou de circunstâncias que autorizem a redução da pena aplicada.

§ 1.º Os pedidos que não se fundarem nas hipóteses enumeradas neste artigo serão indeferidos liminarmente, assim como aqueles que tiverem por base simples alegação de injustiça na imposição da pena.

§ 2.º Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em fatos novos.

§ 3.º Em se tratando de Auditor de Finanças do Estado falecido, ou incapacitado para requerer, a revisão poderá ser solicitada pelo cônjuge, descendente, ascendente, sogro, irmão ou pessoa a eles equiparada pela legislação previdenciária do Estado, que poderão se fazer representar por advogado.

Art. 150. O pedido de revisão, devidamente instruído, deverá ser dirigido à autoridade que tenha imposto a pena.

§ 1.º Se indeferido o pedido, caberá recurso ou reconsideração.

§ 2.º Se deferido, o pedido será apensado aos autos do procedimento original, quando a autoridade mandará encaminhar os expedientes ao Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 151. O pedido de revisão será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 152. Julgada procedente a revisão, a autoridade competente poderá absolver o punido, alterar a classificação da infração ou modificar a pena imposta, que não poderá resultar no agravamento da pena aplicada.

Seção X  
Do Cancelamento de Notas

Art. 153. O Auditor de Finanças do Estado que tenha sofrido pena disciplinar de censura ou de suspensão poderá obter o cancelamento das respectivas notas nos assentamentos funcionais, quando não haja sofrido outra punição disciplinar dentro dos seguintes prazos:

I - 3 (três) anos, no caso de censura;

II - 5 (cinco) anos, em caso de suspensão.

§ 1.º O termo inicial dos prazos, estipulados neste artigo, recairá no dia imediato ao da aplicação da pena de censura e ao do cumprimento da pena de suspensão.

§ 2.º O cancelamento das anotações relativas à pena de suspensão não implicará o pagamento de diferenças de vencimentos e demais vantagens pecuniárias, nem o cômputo de tempo de efetivo serviço correspondente ao período de cumprimento da pena.

Art. 154. A decisão será proferida pela autoridade que tiver imposto a pena em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 1.º Do indeferimento do pedido caberá reconsideração para a mesma autoridade, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão denegatória.

§ 2.º O pedido de reconsideração será julgado em prazo não superior a 30 (trinta) dias.